



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA

Memorando nº 049/2022-PGL/CMP

Parauapebas/PA, 15 de março de 2022

De: **Procuradoria Geral Legislativa**

Para: **Diretoria Legislativa**

Att.: **Sr. Jardison James Gomes da Silva e Silva**

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o, encaminho o(s) parecer(es) prévio(s) da(s) proposição(ões) adiante listada(s), a teor do que dispõe o artigo 241, parágrafo 1º, do Regimento Interno:

1) Projeto de Lei Ordinária nº 024/2022, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, que “Altera o padrão de vencimento do cargo de Agente de Controle Interno criado pela Lei Municipal nº 4.293, de 30 de novembro de 2005” – Parecer Jurídico nº 033/2022;

2) Projeto de Lei Ordinária nº 025/2022, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, que “Altera o quantitativo do cargo de Agente de Controle Interno criado pela Lei Municipal nº 4.293, de 30 de novembro de 2005” – Parecer Jurídico nº 034/2022;

3) Projeto de Lei Ordinária nº 026/2022, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, que “Altera a Lei Municipal nº 4.632, de 28 de dezembro de 2015, altera o padrão de vencimento do cargo de Coordenador do Procon Municipal e dá outras providências” – Parecer Jurídico nº 039/2022;

4) Projeto de Lei Ordinária nº 027/2022, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, que “Altera a Lei Municipal nº 4.632, de 28 de dezembro de 2015, cria o padrão de vencimento CCA, padrão 1, para o cargo de Assessor Jurídico de Procurador” – Parecer Jurídico nº 040/2022;

5) Veto Parcial nº 005/2022 ao Projeto de Lei Ordinária nº 003/2022, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, que “Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 4.602,



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA

de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre a concessão do adicional de risco de morte aos agentes de trânsito e transporte do município de Parauapebas, e dá outras providências” – Parecer Jurídico nº 041/2022;

6) Veto Parcial nº 006/2022 ao Projeto de Lei Ordinária nº 004/2022, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, que “Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 4.815, de 03 de outubro de 2019, que dispõe sobre a concessão do adicional de risco de morte aos guardas municipais de Parauapebas, e dá outras providências” – Parecer Jurídico nº 042/2022.

Atenciosamente,

ALANE PAULA ARAÚJO
Procuradora Geral Legislativa
Portaria nº 007/2021